

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

Levando
os PADRÕES
DECISÓRIOS
a sério

FORMAÇÃO E APLICAÇÃO
DE PRECEDENTES
E ENUNCIADOS DE SÚMULA



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORIA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ricardo Lima

- Fechamento desta edição: 20.10.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C172L

Câmara, Alexandre de Freitas

Levando os padrões decisórios a sério / Alexandre de Freitas Câmara. - 1. ed. - São Paulo : Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01413-6

1. Súmula vinculante. I. Título.

17-45430

CDU:347.98

Atlas

SUMÁRIO

.....

Introdução.....	1
Capítulo 1 – As tradições jurídicas e o direito brasileiro	9
1.1 O <i>common law</i> . A técnica dos precedentes nesta tradição jurídica.....	11
1.2 O <i>civil law</i> . A técnica dos precedentes nesta tradição jurídica	24
1.3 As tradições jurídicas e o modo como nelas se insere o Direito brasileiro. O Direito brasileiro está mesmo caminhando em direção ao <i>common law</i> ?.....	50
Capítulo 2 – O modelo constitucional de processo brasileiro	63
2.1 O princípio constitucional do contraditório. Sua compreensão como mecanismo de construção participativa do resultado do processo.....	92
2.1.1 A visão tradicional do princípio do contraditório	93
2.1.2 O contraditório como direito de participação com influência. A garantia de não surpresa. O modelo participativo de processo.....	97
Capítulo 3 – A história da formação dos precedentes no direito brasileiro	113
3.1 Jurisprudência e precedentes no Brasil.....	113
3.1.1 A doutrina brasileira e a jurisprudência como “fonte do Direito”	125
3.1.2 A doutrina brasileira e os precedentes.....	130

Capítulo 4 – A formação e o emprego dos precedentes na prática forense brasileira atual: o uso inadequado dos “precedentes” pelos juízes brasileiros (ou “sobre a mera invocação de ementas e enunciados de súmula”).	145
Capítulo 5 – Formação de padrões decisórios a partir do princípio do contraditório e da exigência de deliberação qualificada	177
5.1 A formação do padrão decisório no Direito brasileiro a partir de um contraditório dinâmico e efetivo.....	177
5.2 Proposta para diferenciação entre padrões decisórios vinculantes e persuasivos (argumentativos) no Direito brasileiro. A distinção entre padrões decisórios vinculantes e argumentativos a partir da amplitude do contraditório	183
5.3 Técnicas de formação do padrão decisório vinculante no Direito brasileiro	205
5.3.1 O julgamento dos processos de controle direto da constitucionalidade das leis e atos normativos	205
5.3.2 A súmula vinculante. Súmula não é precedente	220
5.3.3 O julgamento dos recursos excepcionais repetitivos	227
5.3.4 O incidente de resolução de demandas repetitivas	238
5.3.5 O incidente de assunção de competência.....	251
5.4 A colegialidade da decisão que servirá como padrão decisório vinculante.....	256
5.5 Os elementos vinculantes dos precedentes: fundamentos determinantes ou <i>rationes decidendi</i> (ou “sobre o quê vincula no precedente vinculante”)	268
5.6 Os elementos não vinculantes dos precedentes: <i>obiter dicta</i> ou fundamentos não determinantes e ementa	278
5.7 Padrões decisórios não vinculantes (argumentativos ou persuasivos) e ônus argumentativo	281
Capítulo 6 – Aplicação dos padrões decisórios a partir do princípio do contraditório e da exigência de deliberação qualificada	287
6.1 A distinção: manifestação do padrão decisório como <i>principium</i> argumentativo (ou “sobre como aplicar o padrão decisório”)	287
6.2 Técnicas de superação do padrão decisório	300

6.2.1	Superação (<i>overruling</i>)	301
6.2.1.1	Superação tácita	331
6.2.1.2	Superação antecipada	335
6.3	O ônus argumentativo a ser observado na fundamentação da decisão que supera padrão decisório	344
Capítulo 7 – Conclusões		349
Referências		357